

# Relatório e Contas

OPTIMIZE INVESTIMENTO SGPS, SA  
E M B A S E I N D I V I D U A L  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

2010



# Índice

---

1	Relatório de Gestão.....	3
1.1	Enquadramento Geral da actividade em 2010.....	4
1.2	Aspectos mais salientes da actividade em 2010.....	11
1.3	Contas 2010.....	15
1.4	Conclusões.....	16
2	Demonstrações Financeiras.....	17
2.1	Balanço em 31-12-2010 – Activo.....	18
2.2	Balanço em 31-12-2010 – Passivo e Capital.....	19
2.3	Demonstração de Resultado em 31-12-2010.....	20
2.4	Demonstração de Rendimento Integral a 31-12-2010.....	21
2.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	22
2.6	Demonstração de Alterações no Capital Próprio em 31-12-2010.....	23
3	Anexos.....	24
3.1	Anexo ao Relatório de Gestão.....	25
3.2	Anexo ao Balanço às Demonstrações Financeiras.....	27
4	Certificação Legal das Contas.....	38

# | 1 Relatório de Gestão

## 1.1 Enquadramento Geral da actividade em 2010

---

### Mercados financeiros em 2010

#### Uma economia mundial a duas velocidades

O crescimento económico mundial foi, com uma taxa estimada de 3,2% em 2010 superior às expectativas, e bem acima da sua média de longo prazo. No entanto essa retoma não foi uniforme.

Os países emergentes lideraram: +10,0 % na China, +7,8% na Ásia emergente, +5,6% na América Latina. A Europa emergente, cujo crescimento económico só atingiu +1,5%, foi a excepção.

Nos Estados Unidos, a progressão estimada do PIB foi de +2,7%, ou seja, muito menos do que a média dos emergentes e ligeiramente mais do que a Zona Euro (+2,0%). Na zona euro, as disparidades foram fortes, entre, por um lado, a Alemanha cuja economia progrediu a um ritmo de +4,0%, e por outro lado, a Grécia e a Irlanda, cujas economias sofreram uma forte recessão: -6,6% e -0,7% respectivamente (fonte Eurostat).

#### A crise da dívida pública

Nos anos 2007-2008, a dívida privada esteve na origem da crise financeira. Em 2009 e 2010, foi a dívida pública de alguns Estados Europeus que foi a grande fonte de preocupações.

A Grécia foi o primeiro país a sofrer da desconfiança por parte dos investidores, já em 2009. Em 9 de Maio de 2010, no âmbito do plano de salvaguarda do país, os Estados Membros anunciaram a criação do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (EFSF), dotado de 440 mil milhões de euros, e apoiado pelo FMI. A partir de 2013, esse fundo irá ser substituído de forma definitiva pelo Mecanismo Europeu de Estabilização (ESM).

No intuito de evitar essa situação, muitos países da União Europeia implementaram planos de rigor orçamental, entre os quais o Reino Unido, a Irlanda, Portugal e a Espanha. Essas medidas tomadas não impediram o contágio à Irlanda, que teve de pedir uma ajuda de 85 mil milhões de euros em Novembro de 2010. Portugal poderá também vir a recorrer à ajuda externa.

Caso a Espanha tenha de recorrer a um apoio externo, a crise mudaria definitivamente de dimensão: o fundo constituído actualmente não permite abranger valores da dimensão do país.

Face à pressão nos mercados obrigacionistas, o BCE ainda teve de iniciar, pela primeira vez, um programa de compra de obrigações dos países membros no mercado secundário, no intuito de lutar contra a especulação.

#### Mercados Bolsistas: consolidação, disparidades e volatilidade

A evolução das praças bolsistas reflectiu os ritmos de crescimento das economias no mundo. As praças dos mercados emergentes voltaram quase aos seus níveis mais altos. Assim, a performance medida pelo MSCI Emerging Markets atingiu ligeiramente mais de +16,0% em 2010.

Por outro lado, os mercados accionistas dos países desenvolvidos apresentavam ainda no final de 2010 um decréscimo de 20%, em dólares, relativamente aos seus níveis pré-crise, segundo os economistas da Natixis. Nos Estados Unidos, o índice S&P 500 progrediu de quase 13,0%, enquanto que o Eurostoxx50 perdeu cerca de -5,0%.

Na própria Europa, as disparidades também são fortes, entre os Países do Norte (+36% para o índice dinamarquês, +16% para o DAX) e os países “periféricos” (-36% para o índice grego, -17% para o IBEX, -11% para o PSI 20).

A fraca visibilidade quanto as perspectivas económicas de médio prazo, e as mensagens pouco claras por parte dos Estados contribuíram para uma forte volatilidade dos mercados. O auge foi atingido em Maio, com o índice VIX nos 46% e o VDAXX perto dos 50%.

Em termos sectoriais, os cíclicos ultrapassaram os defensivos, tanto nos Estados-Unidos como na Europa. Do seu lado, o sector bancário, ficou, obviamente particularmente fragilizado pela crise da dívida soberana.

#### Performance dos principais índices em 2010

DAX	16,1%	Alemanha
MSCI Emerging Markets	16,0%	Mercados Emergentes
S&P 500	12,8%	Estados-Unidos
MSCI World	9,6%	Mundo
FTSE	9,0%	Reino Unido
Stoxx 50	0,9%	Europa
Nikkei	-3,2%	Japão
CAC 40	-3,3%	França
Euro Stoxx 50	-5,4%	Zona Euro
PSI 20	-10,3%	Portugal
MIB	-13,2%	Itália
IBEX 35	-17,4%	Espanha

Fonte Bloomberg

### Obrigações : deslocações das zonas de risco

Do lado dos emitentes públicos, as taxas baixaram em 2010 em quase todos os prazos, para os emitentes considerados como fiáveis (Alemanha, Estados-Unidos). O Bond americano, a 31 de Dezembro, estabelecia-se nos 3.29%, ou seja uma diminuição de 55 pontos de base. Mas, para os emitentes mais frágeis da zona euro, pelo contrário, as taxas subiram fortemente: dívida irlandesa 10 anos +422 pontos base para 9.06%, dívida espanhola +253 pontos de base para 6.60%, em 31 de Dezembro.

Do lado dos emitentes privados, os spreads encolheram, nomeadamente na categoria High Yield: -98 pontos nos Estados-Unidos e -152 pontos na zona Euro. As obrigações privadas da categoria Investment Grade já tinham beneficiado do fenómeno no ano anterior, e ficaram em 2010 relativamente estáveis.

Em termos geográficos, os emitentes emergentes beneficiaram da retoma económica. O índice EMBIG registou assim uma performance de 12% em total return.

### Mercados cambiais: tensões acentuadas

No ano 2010, os desequilíbrios nos mercados cambiais pioraram, entre a sob-avaliação óbvia do yuan e a falta de virtude da política monetária americana.

Assim, a FED anunciou em Novembro um segundo round de “quantitative easing”, de forma a lutar contra a inflação, com um programa de compra de bilhetes do tesouro pelo valor de 600 mil milhões de dólares. Essa política levou ao enfraquecimento do dólar no segundo semestre do ano.

Por outro lado, a China, que passou em 2010 a ser a segunda economia mais potente do mundo, ficou hermética a qualquer evolução da sua política cambial. Durante o ano, a moeda chinesa apreciou-se em apenas 3.6%.

Neste contexto, o euro desempenhou numa certa medida o papel de moeda de ajuste, levando a uma grande volatilidade do câmbio euro/dólar. No primeiro semestre, a divisa europeia ficou enfraquecida pela crise grega e atingiu um ponto mais baixo em 8 de Junho (1€=1,19\$). No segundo semestre, a política desempenhada pela Fed inverteu a tendência, e o câmbio atingiu o seu ponto mais alto em 4 de Novembro (1€=1,42\$).

### Forte subida das matérias primas

Face à situação no mercado cambial e à forte subida da aversão ao risco, o ouro manteve em 2010 o seu papel de valor refugio, com uma progressão de 29,55%, para 1.419,45\$ por onça.

O barril de petróleo progrediu, por seu lado, em 20,4% para 94,22\$.

De uma maneira geral, o índice Thomson Reuters/Jefferies Matérias Primas ganhou 17,6% durante o ano.

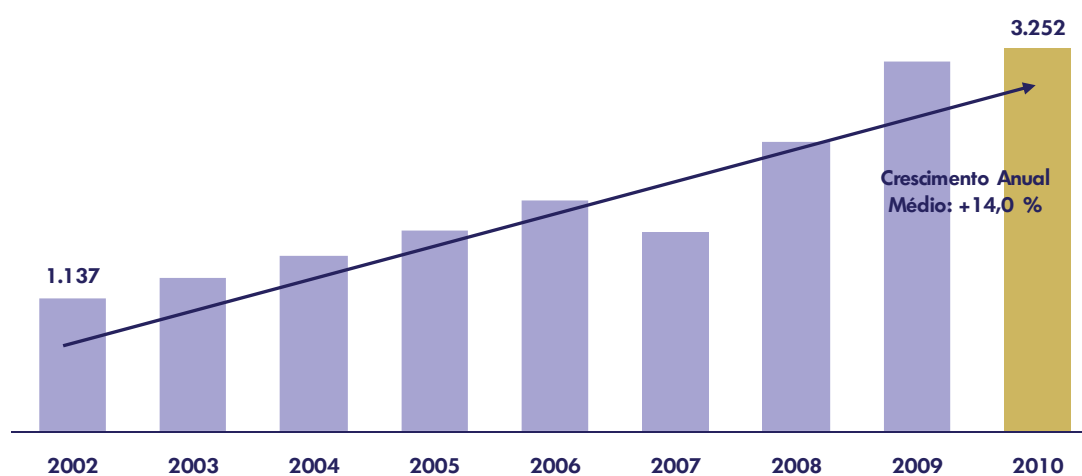
## O mercado dos Planos Poupança Reforma

### Evolução da produção e dos activos sob gestão

Nos últimos anos, os Planos Poupança Reforma (PPR) conheceram uma fase de forte expansão, registando, de 2002 a 2010 um crescimento anual médio de 14,0%, em termos de produção.

Segundo os recentes inquéritos, realizados em 2010 e referentes a 2009, pelo Banco de Portugal, o PPR é, com o depósito a prazo, o produto de poupança preferido dos Portugueses.

Produção de PPR – Ramo Vida – 2002-2010



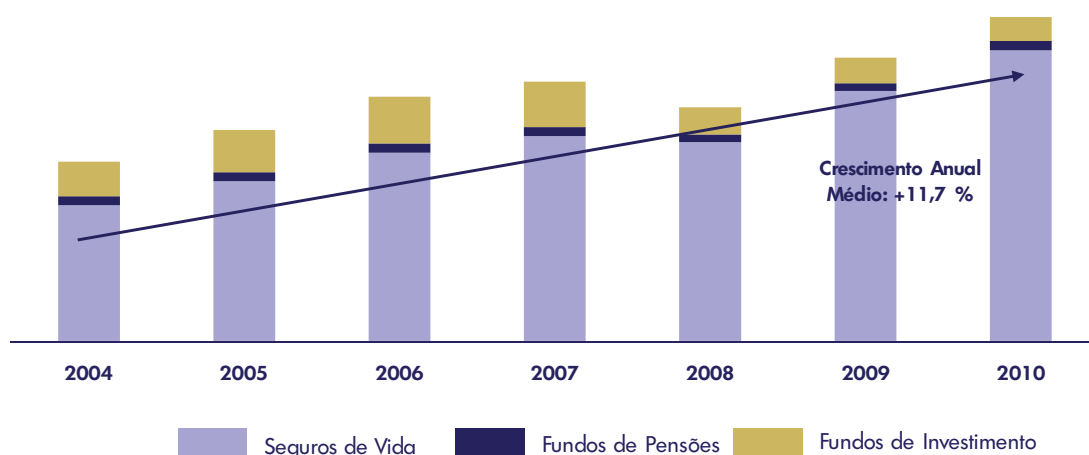
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PPR - Seguro de vida	1.137.175	1.300.794	1.497.774	1.714.164	1.961.288	1.698.220	2.465.855	3.144.816	3.252.481
PPR não ligado a fundos de investimento	1.096.382	1.253.704	1.356.720	1.441.808	1.509.375	1.264.290	1.899.343	2.726.103	3.028.312
PPR ligado a fundos de investimento	40.793	47.090	141.054	272.356	451.913	433.930	566.512	418.713	224.169

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros

Fonte APFIPP, ISP, APS

Essa preferência traduziu-se ainda numa forte evolução do valor dos activos sob gestão, com um crescimento anual médio de 11,7% desde 2004.

## Activos sob Gestão – 2004-2010



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	CAGR 02 - 10
PPR - Seguro de vida	5.200.256	6.041.918	7.074.502	8.341.704	9.791.156	10.641.258	10.335.809	13.010.394	15.184.240	14,3%
PPR - Fundos de pensões	401.204	411.991	430.323	445.736	484.886	487.755	403.481	419.247	407.625	0,2%
PPR - SGFIM	1.355.000	1.533.000	1.817.000	2.200.000	2.457.000	2.385.612	1.424.214	1.315.368	1.266.917	-0,8%
Total	6.958.462	7.988.912	9.323.829	10.989.445	12.735.048	13.516.632	12.165.512	14.747.018	16.860.792	11,7%

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros

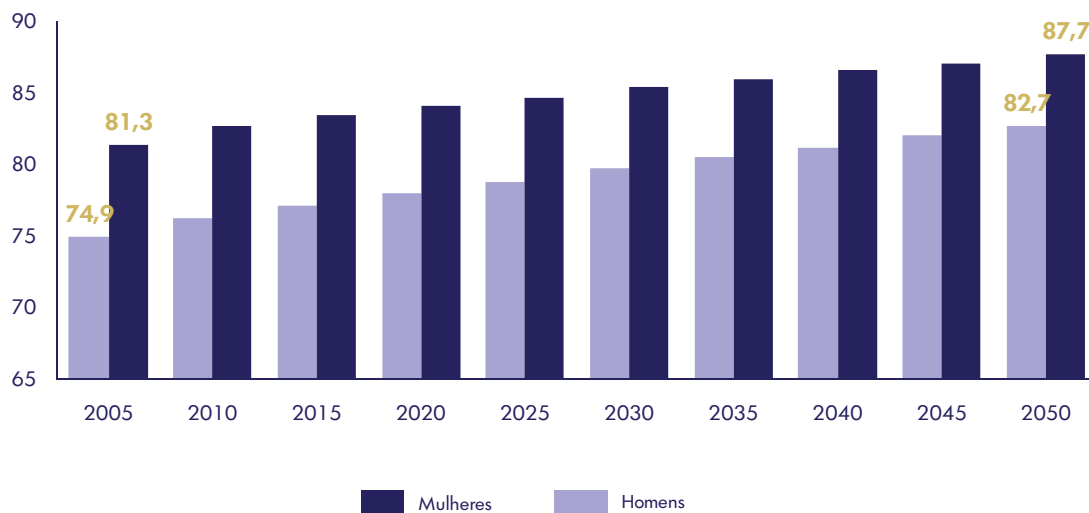
Fonte APFIPP, ISP, APS

## A reforma, uma problemática do Século XXI

Desde a reforma do regime geral da reforma da Segurança Social, adoptada em Portugal em 2007, os portugueses tomaram consciência da necessidade de iniciar planos pessoais de poupança reforma.

Com o aumento da esperança de vida, o país vai envelhecer e o ratio de dependência subir.

## Evolução da esperança de vida em Portugal – 2005-2050

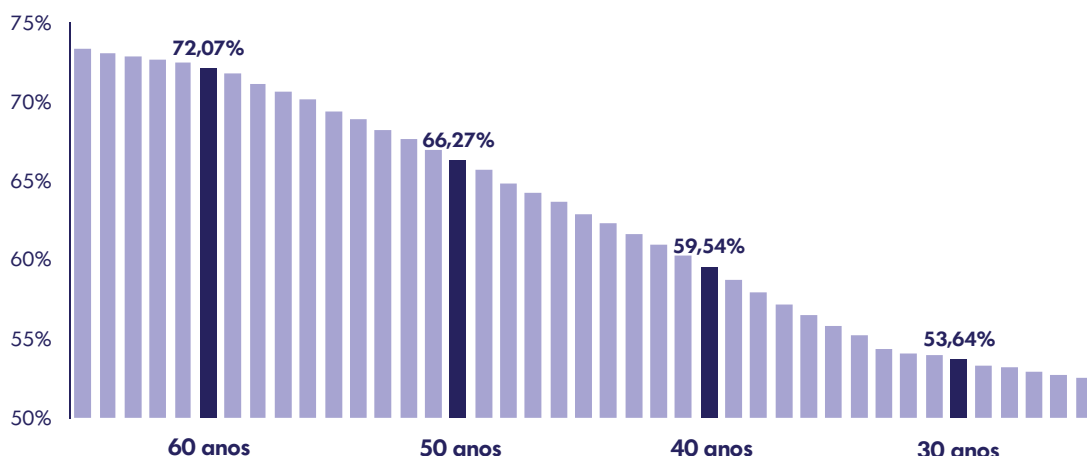


Estatísticas e Previsões

Fonte Eurostat

Assim sendo, e tendo em conta as novas regras de cálculo do valor das pensões, a taxa de substituição vai diminuir drasticamente. Dos 73% actuais, para quem tiver 65 anos agora, a taxa vai passar para 54% no caso da geração nascida em 1985.

## Projeção da Taxa de Substituição à Idade da Reforma



*Simulações Optimize, 40 anos de contribuições, Reforma aos 65 anos, Salário líquido Mensal de 1.500,00€ em 2010, Aumento médio anual de 1,50% líquido da inflação*

### Perspectivas

A tomada de consciência relativamente à reforma teve até agora um impacto significativo na evolução do mercado da poupança reforma. A fiscalidade vantajosa proporcionada pelo produto também apoiou as vendas: os contribuintes portugueses tinham até 2010 a possibilidade de deduzir 20% das suas entregas em PPR, até 400€, no IRS. Essa vantagem desaparecerá em 2011, devido às medidas de restrições orçamentais do Estado.

Nos próximos anos, o ritmo de evolução da produção está a ser ameaçado pelas mudanças de regime fiscal. A recessão económica prevista em 2011 pelo Governo português e as medidas de rigor orçamentais adoptadas nos próximos anos também poderão ter um impacto global negativo na poupança-reforma.

No entanto, o PPR mantém a sua maior vantagem fiscal: a tributação das mais-valias, após 8 anos em carteira, é de apenas 8%, em vez de 20% no caso das mais-valias de acções e 21,5% no caso dos juros e dividendos.

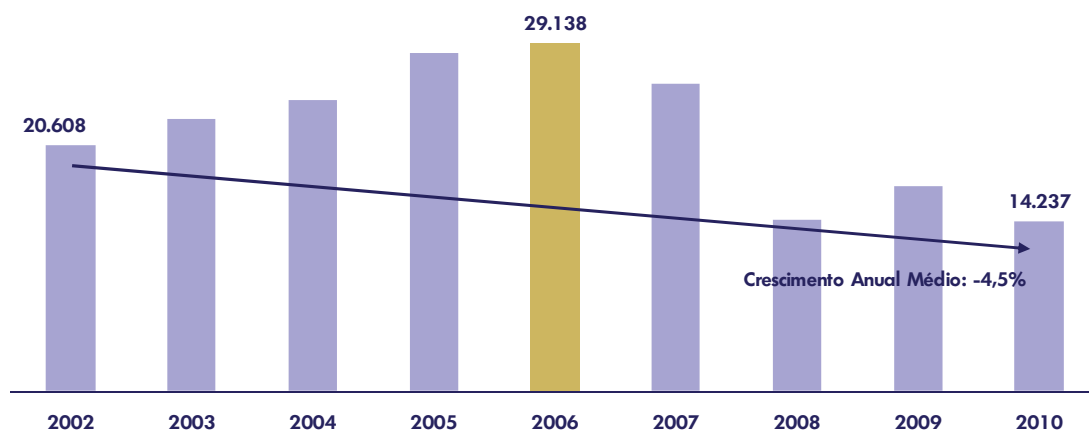
É muito provável que, nos próximos anos, a dinâmica de mercado seja mais influenciada pelas transferências de PPR entre sociedades gestoras do que pela produção nova. Este fenómeno deverá beneficiar aos fundos que tenham os melhores “track-records” em termos de performance.

## O mercado dos Fundos de Investimento Mobiliário em Portugal

### Mercado

O valor dos activos geridos em fundos de investimento mobiliário em Portugal diminuiu novamente em 2010, após uma natural retoma em 2009. Desde 2002, os activos sob gestão perderam, em média 4,5% por ano. Esse declínio vem a contra-corrente da tendência dos mercados accionistas: o Eurostoxx 50 ganhou, no mesmo período, 2,05%.

Fundos de Investimento Mobiliário – 2002-2010



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário</b>										
OICVM	20.608	22.857	23.848	26.560	26.096	21.986	10.535	11.653	8.759	
Fundos Especiais de Investimento			567	1.730	3.042	3.777	3.809	5.570	5.478	
Total	20.608	22.857	24.415	28.290	29.138	25.763	14.344	17.223	14.237	

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros

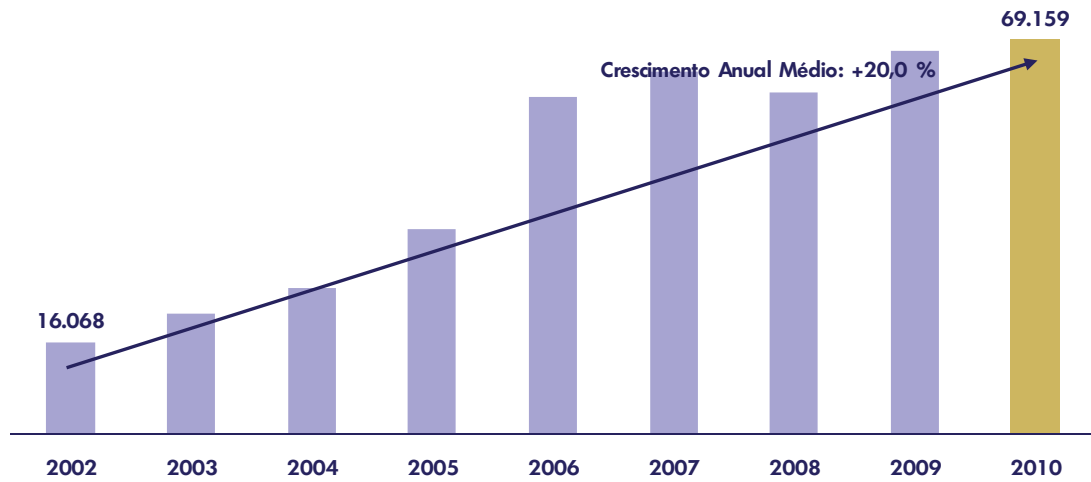
Fonte CMVM

## O mercado da Gestão de Patrimónios em Portugal

### Mercado

Ao contrário da gestão de fundos de investimento mobiliário, a gestão de carteira por conta de outrem teve um desempenho muito forte nos últimos anos, com um crescimento anual médio de 20%. Em 2002, os activos sob gestão nessa categoria não chegavam aos níveis da gestão de fundos de investimento mobiliário. A 31 de Dezembro de 2010, já a ultrapassavam com níveis quase 5 vezes superiores.

### Gestão por Conta de Outrem – 2002-2010



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Gestão de Carteiras por Conta de Outrem</b>									
Nº de Entidades Gestoras	43	46	46	48	52	52	55	51	48
Activos sob Gestão	16.068	21.094	25.611	35.790	59.098	63.621	60.073	67.254	69.159

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros

Fonte CMVM

## 1.2 Aspectos mais salientes da actividade em 2010

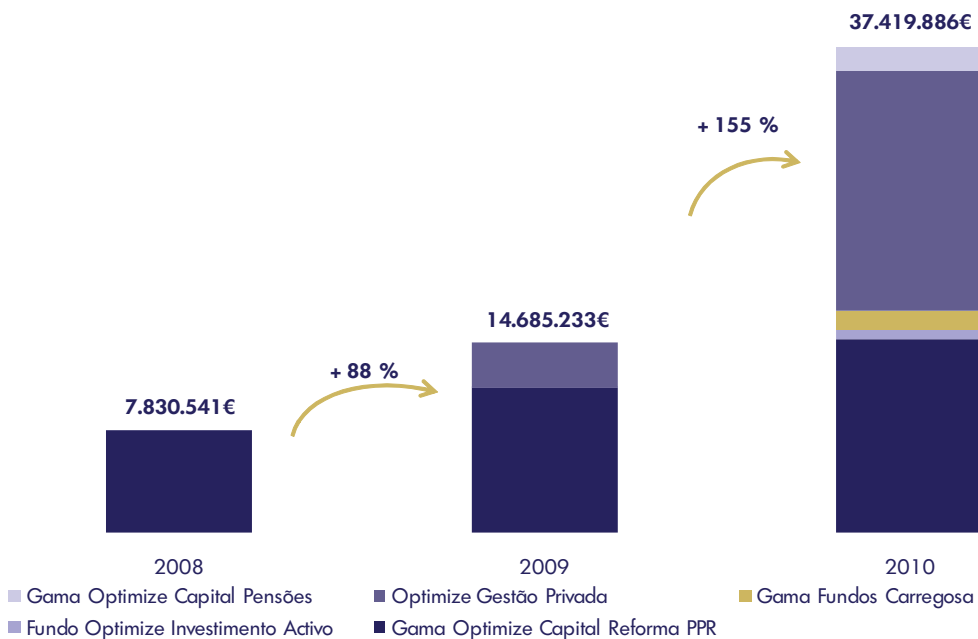
Na ausência de actividade operacional própria da Optimize Investimento SGPS SA, o ano de 2010, foi marcado, em termos operacionais, pela aceleração da actividade de gestão de activos da Optimize Investment Partners SGFIM SA, principal participação financeira da Optimize Investimento.

### Aceleração da actividade

#### Evolução dos activos geridos

O ano 2010 foi para a Optimize Investment Partners um ano de forte crescimento do valor dos activos sob gestão, com um aumento de 155%. A 31 de Dezembro de 2010, os valores atingiam 37.419.886€. Esse ligeiro atraso comparativamente com as previsões (44.000.000€) deve-se nomeadamente aos prazos de arranque dos novos produtos geridos pela empresa.

Activos sob Gestão – 2008-2010



	2008	2009	2010
<b>Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário</b>			
Gama Optimize Capital Reforma PPR	7.817.902	11.110.961	14.942.154
Fundo Optimize Investimento Activo	12.639	82.907	635.080
Gama Fundos Carregosa			1.487.000
<b>Total</b>	<b>7.830.541</b>	<b>11.193.868</b>	<b>17.064.234</b>
<b>Gestão de Patrimónios</b>			
Optimize Gestão Privada		3.491.365	18.536.864
Gama Optimize Capital Pensões			1.818.788
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>3.491.365</b>	<b>20.355.652</b>
<b>Total</b>	<b>7.830.541</b>	<b>14.685.233</b>	<b>37.419.886</b>

Valores em 31 de Dezembro, em euros

Os valores sob gestão no Fundo Optimize Investimento Activo são apresentados líquidos da participação de outros fundos de investimento geridos pela Optimize Investment Partners.

## Performance e Volatilidade dos fundos geridos

### Fundos que completaram um ano civil inteiro em 2010

Fundo	Início de actividade	Performance	Volatilidade
Optimize Capital Reforma PPR Acções	25-09-2008	+ 5,9 %	10,29 %
Optimize Capital Reforma PPR Equilibrado	25-09-2008	+ 4,2 %	7,65 %
Optimize Investimento Activo	24-11-2008	+11,3 %	18,16 %

### Fundos que iniciaram a sua actividade em 2010

Fundo	Início de actividade	UP inicial	UP a 31-12
Optimize Capital Reforma PPR Moderado	19-08-2010	10,0000 €	9,7759 €
Carregosa Technical Trading	31-12-2010	1.000,0000 €	1.000,0000 €
Carregosa Europa Valor	31-12-2010	1.000,0000 €	1.000,0000 €
Carregosa Brasil Valor	31-12-2010	1.000,0000 €	1.000,0000 €

## Evolução da Produção

No ano de 2010 o net inflow atingiu 23.005.992€, multiplicando por um factor superior a 4 os valores conseguidos no ano anterior. A evolução deveu-se em parte à melhoria na captação de capitais nas linhas de produtos existentes, e ao arranque com êxito das novas gamas de fundos.

### Produção Líquida e Ilíquida 2008-2010

	2008	2009	2010
<b>Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário</b>			
Gama Optimize Capital Reforma PPR	7.801.114	2.111.440	3.290.049
	<i>7.831.114</i>	<i>2.192.382</i>	<i>4.580.586</i>
Fundo Optimize Investimento Activo	13.150	68.382	523.752
	<i>13.150</i>	<i>68.382</i>	<i>553.524</i>
Gama Fundos Carregosa			1.487.000
			<i>1.487.000</i>
Total	7.814.264	2.179.822	5.300.801
	<i>7.844.264</i>	<i>2.260.764</i>	<i>6.621.110</i>
<b>Gestão de Patrimónios</b>			
Optimize Gestão Privada		3.246.835	15.882.607
		<i>3.286.755</i>	<i>26.516.528</i>
Gama Optimize Capital Pensões			1.822.584
			<i>1.822.584</i>
Total	0	3.246.835	17.705.191
	<i>0</i>	<i>3.286.755</i>	<i>28.339.112</i>
<b>Total</b>	<b>7.814.264</b>	<b>5.426.657</b>	<b>23.005.992</b>
	<i>7.844.264</i>	<i>5.547.519</i>	<i>34.960.222</i>

Valores em 31 de Dezembro, em euros. Valores Líquidos. Valores ilíquidos em itálicos.

## Produção por canal

O volume de produção ligado à rede de Consultores Optimize passou de 4.550.886 € em 2009 para 7.213.948 € este ano, representando um aumento de 58%. No entanto, em proporção da produção global, o canal indirecto diminui de 84% para 31%, com o aumento das vendas pelo canal internet (+ 164 %) e em directo pela equipa da Optimize Investment Partners (de 577.348 € em 2009 para 14.960.843 € em 2010)

### Produção Líquida por canal em 2010

	Relacional	Internet	Directo	Indirecto	Total
Gama Optimize Capital Reforma PPR	627.752	801.578,00	<b>1.429.330</b>	1.860.719	<b>3.290.049</b>
Fundo Optimize Investimento Activo	384.370	29.623,00	<b>413.993</b>	109.759	<b>523.752</b>
Gama Fundos Carregosa	0	0	<b>0</b>	1.487.000	<b>1.487.000</b>
Optimize Gestão Privada	12.126.821	0	<b>12.126.821</b>	3.755.786	<b>15.882.607</b>
Gama Optimize Capital Pensões	1.822.584	0	<b>1.822.584</b>	0	<b>1.822.584</b>
	<b>14.961.527</b>	<b>831.201</b>	<b>15.792.728</b>	<b>7.213.264</b>	<b>23.005.992</b>

## Desenvolvimento da gama de produtos

No ano de 2010, a Optimize Investment Partners desenvolveu a sua gama de produtos, de forma a multiplicar as suas possibilidades de crescimento, melhor responder à diversidade dos perfis de investidor, propor soluções face à nova realidade fiscal em Portugal.

### Segmento da Poupança Reforma

A poupança reforma é o coração da actividade da Optimize Investment Partners. Essa posição central ficou reforçada em 2010 através da criação de um terceiro fundo na gama de Planos Poupança Reforma Optimize Capital Reforma: o fundo Optimize Capital Reforma PPR Moderado, que se destina a perfis de maior aversão ao risco, com um máximo de 5% dos Activos em acções. O fundo arrancou em 19 de Agosto de 2010.

### Segmento da Gestão Individualizada de Carteiras

A Optimize Investment Partners tomou a responsabilidade da gestão de carteiras de três novos fundos de Pensões, criados em parceria com a Banif Açor Pensões, sociedade gestora de fundos de pensões: Optimize Capital Pensões Acções, Optimize Capital Pensões Equilibrado, Optimize Capital Pensões Moderado. Os fundos arrancaram em Novembro e Dezembro de 2010.

De acordo com o contrato celebrado em 25 de Outubro de 2010 com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos, esta última confere à Optimize Investment Partners, os poderes necessários e suficientes para, em seu nome e representação, administrar todos os activos que façam ou venham a fazer parte das carteiras dos Fundos. A remuneração da Optimize Investment Partners é fixada, na data de cada nova adesão aos Fundos e aplicável para essa mesma adesão, conforme estipulado nos respectivos Regulamentos de Gestão.

A Optimize Investment Partners também estabeleceu uma parceria de gestão de contratos de seguro de vida em fundo dedicado, com a Bâloise Assurances. No âmbito desse contrato, a Optimize gere cada fundo dedicado consoante a política de gestão definida nas condições específicas do contrato e mediante um mandato de gestão dado pela Bâloise Assurance à Optimize. A remuneração da Optimize Investment Partners é igualmente fixada nas condições específicas de cada de contrato de seguro de vida em fundo dedicado.

## Segmento dos Fundos de Investimento

No âmbito de uma parceria comercial com o Banco LJ Carregosa, SA, a Optimize Investment Partners desenvolveu uma gama de três fundos de investimento: Carregosa Technical Trading, Carregosa Europa Valor e Carregosa Brasil Valor. Esses produtos foram concebidos integrando na Optimize recursos, competências e know-how na área da gestão de activos até agora desempenhados no Banco Carregosa.

## 1.3 Contas 2010

### Resultados do exercício

A Optimize Investimento SGPS, SA realizou em 2010 um Produto Bancário de -25,31 €, e um resultado líquido de **-6.550,49 €**, que se deve no essencial a despesas e custos de manutenção da Sociedade.

### Síntese da Demonstração de resultado a 31 de Dezembro de 2010

	2010	2009
Juros e encargos similares	0,00 €	575,87 €
<b>Margem Financeira</b>	<b>0,00 €</b>	<b>575,87 €</b>
Encargos com serviços e comissões	-24,87 €	86,54 €
Outros resultados de exploração	-0,44 €	-445,40 €
<b>Produto bancário</b>	<b>-25,31 €</b>	<b>-1.107,81 €</b>
Gastos gerais administrativos	-6.525,18 €	4.711,22 €
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-6.550,49 €</b>	<b>-5.819,03 €</b>
Impostos	0,00 €	0,00 €
<b>Resultado após impostos</b>	<b>-6.550,49 €</b>	<b>-5.819,03 €</b>

### Tesouraria em 31 de Dezembro de 2010

A empresa dispunha no final de 2010 de uma tesouraria de 3.751,49 €.

	2010	2009
<b>Depósito à Ordem</b>	<b>3 751,49</b>	<b>3 188,53</b>
BBVA	3 751,49	3 188,53

### Perspectivas futuras

Não se perspectiva para 2011 alterações significativa na actividade da sociedade, que irá manter um nível de despesa residual, e deveria manter inalteradas as suas participações financeiras.

### Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, -6.550,49 €, seja aplicado em Resultados Transitados.

## 1.4 Conclusões

---

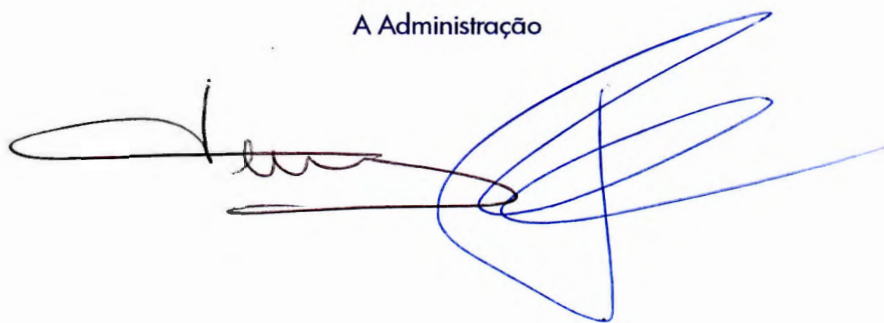
Após o termo do exercício de 31 de Dezembro de 2010, e até à presente data, não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade.

Ao abrigo do Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que à data de 31 de Dezembro de 2010 não existia qualquer dívida para com a Segurança Social.

Para o efeito dos Artigos 289º, 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, ver o anexo ao presente Relatório.

13 de Abril de 2010

A Administração

A handwritten signature in black ink is written over a large, blue circular stamp. The signature is cursive and appears to be a name. The stamp is a simple blue circle with a vertical line through its center.

## | 2 Demonstrações Financeiras

## 2.1 Balanço em 31-12-2010 – Activo

Activo	Notas	2010			EUR	
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	2009	
		1	2	3 = 1 - 2		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		0,00		0,00		0,00
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1	3 751,49		3 751,49		3 188,53
Activos financeiros detidos para negociação		0,00		0,00		0,00
Outros activos financeiros ao justo valor através de result.		0,00		0,00		0,00
Activos financeiros disponíveis para venda		0,00		0,00		0,00
Aplicações em instituições de crédito		0,00		0,00		0,00
Crédito a clientes		0,00		0,00		0,00
Investimentos detidos até à maturidade		0,00		0,00		0,00
Activos com acordo de recompra		0,00		0,00		0,00
Derivados de cobertura		0,00		0,00		0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00		0,00		0,00
Propriedades de investimento		0,00		0,00		0,00
Outros activos tangíveis		0,00		0,00		0,00
Activos intangíveis		0,00		0,00		0,00
Investimentos em associadas e filiais	2	1 010 000,00		1 010 000,00		1 010 000,00
Activos por impostos correntes		0,00		0,00		0,00
Activos por impostos diferidos		0,00		0,00		0,00
Outros activos	3	2 000,00		2 000,00		6 743,44
<b>Total de Activo</b>		<b>1 015 751,49</b>		<b>1 015 751,49</b>		<b>1 019 931,97</b>

## 2.2 Balanço em 31-12-2010 – Passivo e Capital

	Notas	2010	EUR 2009
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais		0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0,00	0,00
Recursos de outras instituições de crédito		0,00	0,00
Recursos de clientes e outros empréstimos		0,00	0,00
Responsabilidades representadas por títulos		0,00	0,00
Passivos financeiros associados a activos transferidos		0,00	0,00
Derivados de cobertura		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Provisões		0,00	0,00
Passivos por impostos correntes		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Instrumentos representativos de capital		0,00	0,00
Outros passivos subordinados		0,00	0,00
Outros passivos	4	4 278,88	1 908,87
<b>Total de Passivo</b>		<b>4 278,88</b>	<b>1 908,87</b>
<b>Capital</b>			
Capital	5	353 760,00	353 760,00
Prémios de emissão	6	1 025 592,00	1 025 592,00
Outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Acções próprias		0,00	0,00
Reservas de reavaliação		0,00	0,00
Outras reservas e resultados transitados		-361 328,90	-355 509,87
Resultado do exercício		-6 550,49	-5 819,03
Dividendos antecipados		0,00	0,00
<b>Total de Capital</b>		<b>1 011 472,61</b>	<b>1 018 023,10</b>
<b>Total de Passivo e Capital</b>		<b>1 015 751,49</b>	<b>1 019 931,97</b>

## 2.3 Demonstração de Resultado em 31-12-2010

		EUR	
	Notas	2010	2009
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Juros e encargos similares		0,00	575,87
<b>Margem financeira</b>		<b>0,00</b>	<b>-575,87</b>
Rendimentos de instrumentos de capital		0,00	0,00
Rendimentos de serviços e comissões		0,00	0,00
Encargos com serviços e comissões		24,87	86,54
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor		0,00	0,00
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		0,00	0,00
Resultados de reavaliação cambial		0,00	0,00
Resultados de alienação de outros activos		0,00	0,00
Outros resultados de exploração	7	-0,44	-445,40
<b>Produto bancário</b>		<b>-25,31</b>	<b>-1 107,81</b>
Custos com pessoal		0,00	0,00
Gastos gerais administrativos	8	6 525,18	4 711,22
Amortizações do exercício		0,00	0,00
Provisões líquidas de reposições e anulações		0,00	0,00
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e a receber de outros devedores		0,00	0,00
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		0,00	0,00
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-6 550,49</b>	<b>-5 819,03</b>
Impostos			
Correntes		0,00	0,00
Diferidos		0,00	0,00
<b>Resultado após impostos</b>		<b>-6 550,49</b>	<b>-5 819,03</b>

## 2.4 Demonstração de Rendimento Integral a 31-12-2010

---

	EUR	
<b>Rubricas</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Resultado do período	-6 550,49	-5 819,03
Ganhos/Perdas líquidas em títulos disponíveis para venda	0,00	0,00
Imposto Diferido	0,00	0,00
Ganhos/Perdas líquidas em diferenças cambiais	0,00	0,00
<b>Total do rendimento integral do período líquido de impostos</b>	<b>-6 550,49</b>	<b>-5 819,03</b>

## 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2010	2009
<b>FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Juros recebidos		
Comissões recebidas		
Pagamento de juros	-	19,87
Pagamento de comissões	- 115,09	213,52
Pagamentos a empregados	-	1 933,83
Pagamentos a fornecedores	- 1 758,39	18 986,44
Pagamentos ao Estado e Seg. Social	- 1 000,00	5 548,34
Outros recebimentos relativos à actividade operacional	9 643,05	27 540,14
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	- 6 206,61	7 151,86
Pagamentos e recebimentos de impostos sobre lucros	-	2 119,74
	<b>562,96</b>	<b>4 193,98</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Recebimentos respeitando a:</b>		
Venda de activos financeiros		
Venda de activos tangíveis e intangíveis		
Juros e proveitos similares		
Dividendos		
<b>Pagamentos respeitando a:</b>		
Aquisição de activos financeiros		
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis		
Juros e proveitos similares		
Dividendos		
	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Recebimentos respeitando a:</b>		
Empréstimos obtidos		
Aumentos de capital, prestações e prémios de emissão		
Subsídios de doações		
Vendas de acções próprias		
Cobertura de prejuízos		
<b>Pagamentos respeitando a:</b>		
Empréstimos obtidos		
Amortizações de contratos de locação financeira		
Juros e custos similares		
Dividendos		
Reduções de capital e prestações suplementares		
Acquisições de acções próprias		
	0,00	0,00
<b>VARIACAO LIQUIDA EM CAIXA E SEUS EQUIVALENTES</b>	<b>562,96</b>	<b>-4 193,98</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERIODO</b>	<b>3 188,53</b>	<b>7 382,51</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERIODO</b>	<b>3 751,49</b>	<b>3 188,53</b>

## 2.6 Demonstração de Alterações no Capital Próprio em 31-12-2010

	Capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Reservas de reavaliação	Acções próprias	Resultados transitados	Resultados do exercício	Capitais próprios
<b>Saldos em 31/12/2008</b>	<b>353 760,00</b>	<b>1 025 592,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-262 100,25</b>	<b>-93 409,62</b>	<b>1 023 842,13</b>
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2008						-93 409,62	93 409,62	<b>0,00</b>
Aumento de capital social								
Atribuições de prémios de desempenho								
Pagamento de dividendos								
Alienação de acções próprias								
Reavaliação de activos disponíveis para venda								
Rendimento Integral 2009							-5819,03	<b>-5 819,03</b>
Outros itens								
<b>Saldos em 31/12/2009</b>	<b>353 760,00</b>	<b>1 025 592,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-355 509,87</b>	<b>-5 819,03</b>	<b>1 018 023,10</b>
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2009						-5 819,03	5 819,03	<b>0,00</b>
Correcção ao resultado de 2008								
Aumento de capital social								
Alienação de acções próprias								
Reavaliação de activos disponíveis para venda								
Resultado líquido de 2010								
Outros itens							-6 550,49	<b>-6 550,49</b>
<b>Saldos em 31/12/2010</b>	<b>353 760,00</b>	<b>1 025 592,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-361 328,90</b>	<b>-6 550,49</b>	<b>1 011 472,61</b>

## | 3 Anexos

## 3.1 Anexo ao Relatório de Gestão

### Relação dos membros dos Órgãos Sociais

Conforme o estipulado no Art. 289º do Código das Sociedades Comerciais:

#### Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Viegas Dias
Secretário	Maria Teresa Torres

#### Conselho de Administração

Presidente	José António Santos Teixeira
Administradores	Diogo Pereira Santos Teixeira Claire Teixeira Ricardo Manuel Cabral Eugénio Palomino Rabanal

#### Fiscal Único

Fiscal Único	Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. representada por João Carlos Miguel Alves
Suplente do Fiscal Único	Rui Abel Serra Martins, ROC

### Informação sobre a participação no capital social dos membros dos Órgãos de Administração e fiscalização

Membro do Conselho de Administração	Acções detidas em 31/12/2009	Movimento em 2010	Acções detidas em 31/12/2010
José Santos Teixeira	0	0	0
Diogo Santos Teixeira	0	0	0
Claire Moulard Teixeira	0	0	0
Ricardo Manuel Cabral	3.229	0	3.229
Eugénio Palomino Rabanal	538	0	538

## Informação sobre as participações de accionistas no capital da sociedade

Em 31/12/2010, nos termos do Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, a estrutura accionista da sociedade é a seguinte:

<b>Accionista</b>	<b>Ações</b>	<b>% do Capital</b>
JCD Invest SGPS, Lda	23.000	65,0%
Ricardo Cabral	3.229	9,1%
Beviguissimo EURL	2.153	6,1%
Comgest SA	1.614	4,6%
Marc Renaud	1.076	3,0%
Acofi Participations SARL	1.076	3,0%
Antonio Esteves	538	1,5%
Tiago de Matos	538	1,5%
SPAC - Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil	538	1,5%
Eugenio Palomino	538	1,5%
Teresa Torres	538	1,5%
Vista Aerea - Empreendimento Imobiliarios, S.A.	538	1,5%
	<b>35.376</b>	<b>100%</b>

## 3.2 Anexo ao Balanço às Demonstrações Financeiras

---

(Valores expressos em euros)

### Nota introdutória

A Optimize Investimento, SGPS, SA foi constituída em 19 de Março de 2007, tendo como principal actividade a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A Sociedade é a empresa mãe do Grupo Optimize, o qual em 31 de Dezembro de 2010 é constituído por:

- Optimize Investment Partners SGFIM SA, detida a 65% pela Optimize Investimento SGPS SA e com um capital social de 1.538.470€
- Optimize Mediação de Seguros Lda, detida a 100% pela Optimize Investimento SGPS SA e com um capital social de 10.000€

A Societa está registada, enquanto Instituição Financeira, sob o nº de registo 1003 no Banco de Portugal.

### Bases de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004, nº 9/2005 e nº 33/2005 do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo nº 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro.

### Alterações de políticas contabilísticas

#### *Alterações voluntárias de políticas contabilísticas*

Durante o exercício de 2010 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

#### *Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2010*

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), verificaram-se emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, as quais não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Na Nota 37.3 encontram-se sumarizadas as novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2010. "

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

#### a) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição, não havendo registo de imparidades.

#### b) Especialização de exercícios

A sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

#### c) Impostos sobre lucros

A sociedade está sujeita ao regime geral de tributação previsto no Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não aceites fiscalmente bem como devido a tributações autónomas existentes no quadro legal.

#### d) Impostos Diferidos

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

O valor total de prejuízos fiscais que da Optimize Investimento SGPS (364.406,71 €) não deram lugar ao reconhecimento do respectivo imposto diferido activo porque não ser expectável auferir nos próximos exercícios de lucros suficientes para o aproveitamento desses impostos diferidos.

#### f) Acontecimentos supervenientes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam á data do balanço, são reflectidos nas demonstrações financeiras da sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram a pós a data do mesmo, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### Disponibilidades em instituições de crédito (Nota 1)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<b>Depósito à Ordem</b>	<b>3 751,49</b>	<b>3 188,53</b>
BBVA	3 751,49	3 188,53

## Investimentos em associadas e filiais (Nota 2)

Os investimentos em associadas e filiais da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

	2010	2009
<b>Investimentos em associadas e filiais</b>	<b>1 010 000,00</b>	<b>1 010 000,00</b>
Optimize Investment Partners, SGFIM, SA	1 000 000,00	1 000 000,00
Optimize Mediação de Seguros, Unipessoal,Lda	10 000,00	10 000,00

Não foi registada perda de imparidade no investimento na Optimize Investment Partners, tendo em conta ao facto da empresa se encontrar no seu início de actividade, em forte crescimento, e com perspectivas de recuperar em breve os valores de capitais próprios investidos pela Optimize Investimento SGPS.

## Outros activos (Nota 3)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<b>Outros activos</b>	<b>2 000,00</b>	<b>6 743,44</b>
Sector público administrativo	2 000,00	1 000,00
<i>IRC - PEC</i>	<i>2 000,00</i>	<i>1 000,00</i>
Devedores diversos	0,00	5 743,44

## Outros passivos (Nota 4)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<b>Outros passivos</b>	<b>4 278,88</b>	<b>1 908,87</b>
Credores por fornecimento de bens	957,88	708,87
Encargos a pagar	3 321,00	1 200,00

## Capital (Nota 5)

O capital social é constituído por 35.376 acções ordinárias nominativas com valor nominal de 10 Euros cada, perfazendo assim um capital de 353.760 euros totalmente realizado em dinheiro.

## Prémio de emissão (Nota 6)

A reserva prémios de emissão resultou do aumento de capital realizado no ano de 2007 o qual foi efectuado com um prémio de emissão de 1.025.592 €.

## Outros resultados de exploração (Nota 7)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<b>Outros resultados de exploração</b>	<b>-0,44</b>	<b>445,40</b>
Multas fiscais		430,63
Outros impostos	-0,44	14,77

## Gastos Gerais Administrativos (Nota 8)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<b>Gastos Gerais Administrativos</b>	<b>6 525,18</b>	<b>4 711,22</b>
<i>Água, energia</i>		473,39
<i>Comunicações</i>	812,18	377,78
<i>Seguros</i>		412,05
<i>Serviços especializados</i>	3 433,00	3 413,00
<i>Outros serviços</i>	2 280,00	35,00

Os honorários facturados durante o exercício pela sociedade de revisores oficiais de contas foram de €2.900,00.

## Volume de emprego

O número médio de pessoas ao serviço desta empresa neste exercício foi de 0.

## Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado e amortizações e ajustamentos

Não ocorreram movimentos nesta rubrica durante o exercício.

## Participações de capital

<b>Empresas do Grupo</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Valor de Aquisição</b>	<b>Fracção %</b>	<b>Resultado em 2010</b>	<b>Cap. Próprio em 2010</b>
<b>OPTIMIZE – Mediação de Seguros Unipessoal, Lda</b> Rua D. Pedro V, 108 – 3º, Lisboa	10 000,00 €	10 000,00 €	100,0%	528,80 €	10 285,47 €
<b>Optimize Investment Partners SGFIM SA</b> Av. F. Pereira de Melo, nº21 4º, Lisboa	1 538 470,00 €	1 000 000,00 €	65,0%	- 242 499,69 €	640 290,99 €

Não foi registada perda de imparidade no investimento na Optimize Investment Partners, tendo em conta ao facto da empresa se encontrar no seu início de actividade, em forte crescimento, e com perspectivas de recuperar em breve os valores de capitais próprios investidos pela Optimize Investimento SGPS.

### **Forma como se realizou o Capital Social**

O capital social de 353.760 Euros foi integralmente realizado em dinheiro.

### **Número de acções de cada categoria em que se divide o capital da empresa e o seu valor nominal**

O capital social da empresa no valor de 353.760 Euros está representado por 153.847 acções ordinárias nominativas com valor nominal de 10 Euros cada.

### **Participação no capital subscrito de cada uma das pessoas colectivas que nele detenham pelo menos 20%**

A sociedade JCD Invest, SGPS, Lda, contribuinte 508 002 052, com sede em Lisboa, na Rua General Firmino Miguel, nº 3, Torre 2, 12º A, detém 23.000 acções do capital da Optimize Investimento SGPS, SA a que corresponde uma participação de 65%.

### **Riscos da sociedade**

Dado a sociedade não ter actividade operacional própria, o principal risco considerado como material reside no risco de desvalorização das participações financeiras da sociedade em outras empresas.

### **Saldos e transacções entre entidades do grupo**

<b>Entidade relacionada</b>	<b>Optimize Mediação de Seguros</b>	<b>Optimize Investment Partners SGFIM SA</b>
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2009	-	5 652,88
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2010	-	-

### **Normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2010**

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010.

- a) **Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela EU sem efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adoptadas pela Companhia**

#### **IAS 7 (Melhoria) – Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Clarifica que apenas os dispêndios que resultam no reconhecimento de activos podem ser classificados como fluxos de caixa de actividades de investimento. Neste sentido, em resultado da emenda à IAS 27, passam a ser considerados como fluxos operacionais alguns fluxos que até agora eram considerados de investimento (ex: fluxos relativos a custo de aquisição e variações subsequentes em pagamentos contingentes).

#### **IFRS 5 (Melhoria) - Activos Não Correntes Detidos para Venda e Operações em Descontinuação**

A melhoria clarifica que:

- Quando uma subsidiária é detida para venda, todos os seus activos e passivos devem ser classificados como detidos para venda no âmbito da IFRS 5, mesmo quando a entidade irá reter um interesse que não controla na subsidiária após a venda;
- As divulgações requeridas relativamente a activos não correntes, grupos disponíveis para venda ou operações descontinuadas são apenas as constantes da IFRS 5.

#### **IFRS 3 (Revista) – Concentrações de actividades empresariais**

Esta revisão vem trazer alterações significativas ao nível da mensuração e reconhecimento das concentrações de actividades empresariais efectuadas em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009.

#### **IFRS 2 (Emenda e Melhoria) – Pagamentos com base em Acções**

A emenda efectuada na IFRS 2 vem clarificar a contabilização de situações nas quais uma entidade recebe a prestação de serviços ou produtos dos seus empregados ou fornecedores, mas cuja contrapartida financeira é paga pela sua empresa-mãe ou outra empresa do Grupo. A melhoria clarifica que a contribuição de um negócio para a formação de uma Joint-Venture e combinações sob controlo comum não fazem parte do âmbito da IFRS 2.

## **IAS 1 (Melhoria) – Apresentação das Demonstrações Financeiras**

Balanço: A melhoria clarifica que os termos de liquidação de uma responsabilidade dos quais possa resultar, em qualquer momento, a liquidação através da emissão de instrumentos de capital por opção da contraparte não afecta a classificação dos instrumentos convertíveis em corrente e não corrente na Demonstração da Posição Financeira.

Demonstração das alterações nos capitais próprios: Em resultado da emenda à IAS 27, torna-se necessário incluir duas linhas adicionais na Demonstração das alterações nos capitais próprios: (i) aquisição de subsidiárias e (ii) aquisição de interesses que não controlam, para reflectir transacções com proprietários resultantes de alterações na detenção de subsidiárias que não resultem em perda de controlo.

## **IAS 27 (Emenda) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas**

A alteração a esta norma é relativa às Demonstrações Financeiras separadas da Empresa detentora, suprimindo da IAS 27 a definição de método do custo e a distinção de resultados pré e pós aquisição. Assim, os dividendos de uma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, podem ser integralmente reconhecidos, tendo em atenção qualquer indicação de imparidade. Adicionalmente, a IAS 27 foi emendada para efectivamente permitir que o custo de um investimento numa subsidiária, em situações limitadas de reorganizações, seja baseado no valor contabilístico previamente reconhecido em vez do justo valor.

## **IAS 38 (Melhoria) – Activos Intangíveis**

A melhoria:

- Estabelece que se um intangível adquirido numa combinação de negócios for identificável apenas com outro activo intangível, os dois podem ser reconhecidos como um único intangível desde que tenham vidas úteis similares;
- Clarifica que as técnicas de valorização para mensurar o justo valor de activos intangíveis adquiridos numa combinação de negócios são meros exemplos e não restringem os métodos que podem ser usados.

## **IAS 39 (Emenda e Melhoria) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – itens cobertos elegíveis.**

Esta emenda:

- Clarifica que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto;
- Refere que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

A melhoria introduz as seguintes alterações:

- A isenção de aplicação da norma em contratos que envolvam combinações de

negócios só se aplica a contratos forward entre uma adquirente e um accionista vendedor com vista a comprar ou vender uma adquirida numa data futura e não a contratos derivados em que é necessário que acções futuras venham ainda a ocorrer.

- Se numa cobertura de fluxos de caixa, a cobertura de uma transacção prevista resultar no reconhecimento subsequente de um activo ou passivo financeiro, os ganhos ou perdas que estejam reconhecidos no rendimento integral devem ser reclassificados para ganhos e perdas no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa cobertos previstos afectem os lucros ou prejuízos.
- Considera-se que uma opção de pré-pagamento está intimamente relacionada com o contrato de acolhimento quando o preço de exercício reembolsa o mutuante numa quantia até ao valor presente aproximado dos juros perdidos durante o prazo remanescente do contrato de acolhimento.

### **IFRIC 18 - Transferências de activos provenientes de clientes**

Esta interpretação tem por objectivo clarificar a forma de reconhecer imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos específicos, não sendo, por isso aplicável.

### **IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa**

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos.

### **IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis**

Esta interpretação esclarece quando e como deve ser reconhecido o rédito associado à construção de imóveis.

### **IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços**

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e clarifica como reconhecer as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

### **Outras melhorias às IFRS**

O processo anual de melhoria das IFRS procura lidar com a resolução de situações que necessitam de ser melhoradas de forma a aumentar o seu entendimento geral, mas que não são classificadas como de resolução prioritária. Algumas melhorias são relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial para haver consistência entre normas sendo o seu impacto mínimo.

Outras melhorias são susceptíveis de produzir alterações no reconhecimento e mensuração. As principais melhorias que entraram em vigor em 2010, para além das já resumidas atrás, resumem-se da seguinte forma:

#### ***Melhorias do Ano 2009 aplicáveis em 2010***

IFRS 8 – Segmentos Operacionais: As melhorias clarificam que os activos e passivos

por segmentos só precisam de ser relatados quando são incluídos nas medidas usada pelo responsável das decisões operacionais.

IAS 17 – Locações: São removidas as disposições específicas relativas a terrenos e edifícios mantendo-se apenas as disposições gerais.

IAS 18 – Rédito: São adicionadas orientações para determinar se uma entidade está a actuar como vendedor ou como agente. *[Nota: Dado que esta é uma melhoria a um appendix da IAS, não é alvo de endosso por parte da EU].*

IAS 36 – Imparidade de Activos: As melhorias clarificam que ao testar a imparidade do *Goodwill* adquirido numa combinação de negócios a maior unidade permitida para alocação do *Goodwill* é o segmento operacional definido na IFRS 8 o qual, dependendo das circunstâncias, pode ser de um nível mais baixo do que o segmento reportável.

IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos: As melhorias clarificam que a IFRIC 9 não se aplica a possíveis reavaliações, à data de aquisição, de derivados embutidos em contratos adquiridos em combinações entre entidades ou negócios sob controlo comum ou na formação de *Joint Ventures*.

IFRIC 16 – Coberturas de um Investimento Líquido numa Operação Estrangeira: As melhorias clarificam que Instrumentos de cobertura que se qualifiquem podem ser detidos por uma entidade do grupo desde que os requisitos de designação, documentação e efectividade da IAS 39 sejam satisfeitos.

### **Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias**

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2010 e que a Companhia não adoptou antecipadamente são as seguidamente apresentadas. Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

#### **a) Já endossadas pela EU**

#### **IFRS 1 (Emenda) - Isenções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS.**

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Estabelece que um adoptante pela primeira vez não necessita de apresentar comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações.

#### **IFRS 7 (Emenda) - Instrumentos Financeiros: Divulgações**

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Estabelece que as melhorias a esta norma não necessitam de afectar demonstrações financeiras nem comparativos de demonstrações financeiras anteriores a 31 de Dezembro de 2009.

## **IAS 24 (Revista) – Transacções com partes relacionadas**

Esta norma revista entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. As principais alterações são as seguintes:

- Alteração da definição de partes relacionadas levando a que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenção parcial de divulgações relativas a transacções com entidades governamentais bem como com o próprio Governo;
- Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

## **IAS 32 (Emenda) - Clarificação de direitos de emissão**

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Janeiro de 2010. A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

- Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

## **IFRIC 14 (Emenda) - Adiantamentos relativos a requisitos de financiamento mínimo**

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. Com a emenda, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do *surplus* do plano deve ser feita como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

## **IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio**

Esta IFRIC entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos dos parágrafos 41 da IAS 39.

## **b) Ainda não endossadas pela EU**

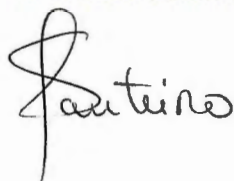
### **IFRS 9 – Instrumentos financeiros**

Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.

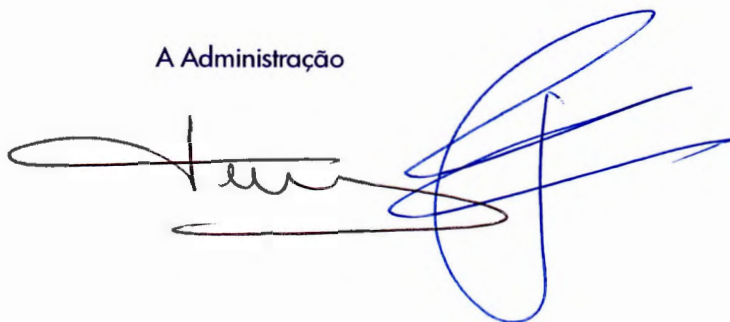
## Outras emendas às IFRS – melhoramentos do Ano 2010

○ IASB aprovou 11 emendas a seis normas.

○ Técnico Oficial de Contas



A Administração



## 4 Certificação Legal das Contas

## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Optimize Investimento, SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 1.015.751,49 Euros e um total de capital próprio de 1.011.472,61 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 6.550,49 Euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Rendimento Integral, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

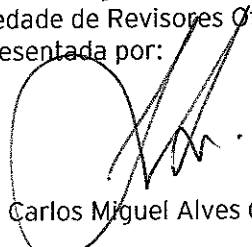
7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Optimize Investimento SGPS, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA'S) tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 14 de Abril de 2011

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:

  
João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do art.º 420 conjugado com o no n.º 1 do Artigo 508 D do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão individual e consolidado, as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Optimize Investimento SGPS, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos que a definição do perímetro de consolidação e as operações de consolidação efectuadas estão de harmonia com o estabelecido nas normas de consolidação aplicáveis;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas individuais e consolidados;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados nas contas individuais, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados nas contas consolidadas, preparadas de acordo com as NCA'S, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados do Grupo do qual a sociedade é a empresa-mãe;
- Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos, dos sistema de controlo interno;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da sociedade e outros;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão das contas individuais, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital

Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;

- Confirmámos que o Relatório de Gestão Consolidado, a Demonstração Consolidada do Balanço, a Demonstração Consolidada dos Resultados, a Demonstração Consolidada do Resultado Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo Consolidado, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e/ou do contrato de sociedade

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sobre as contas individuais e consolidadas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

#### **Parecer do Fiscal Único**

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Optimize Investimento SGPS, S.A. nos termos do artigo 420º conjugado com o no n.º 1 do Artigo 508 D do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2010 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos sócios previstos no Código das Sociedades Comerciais;

- (b) O Relatório de Gestão e o Relatório de Gestão Consolidado do exercício de 2010 satisfazem os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais.
- (c) O Balanço, as Demonstrações dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2010, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis;
- (d) A Demonstração Consolidada do Balanço, a Demonstração Consolidada dos Resultados, a Demonstração Consolidada do Resultado Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 14 de Abril de 2011

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)  
Representada por:

  
João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)